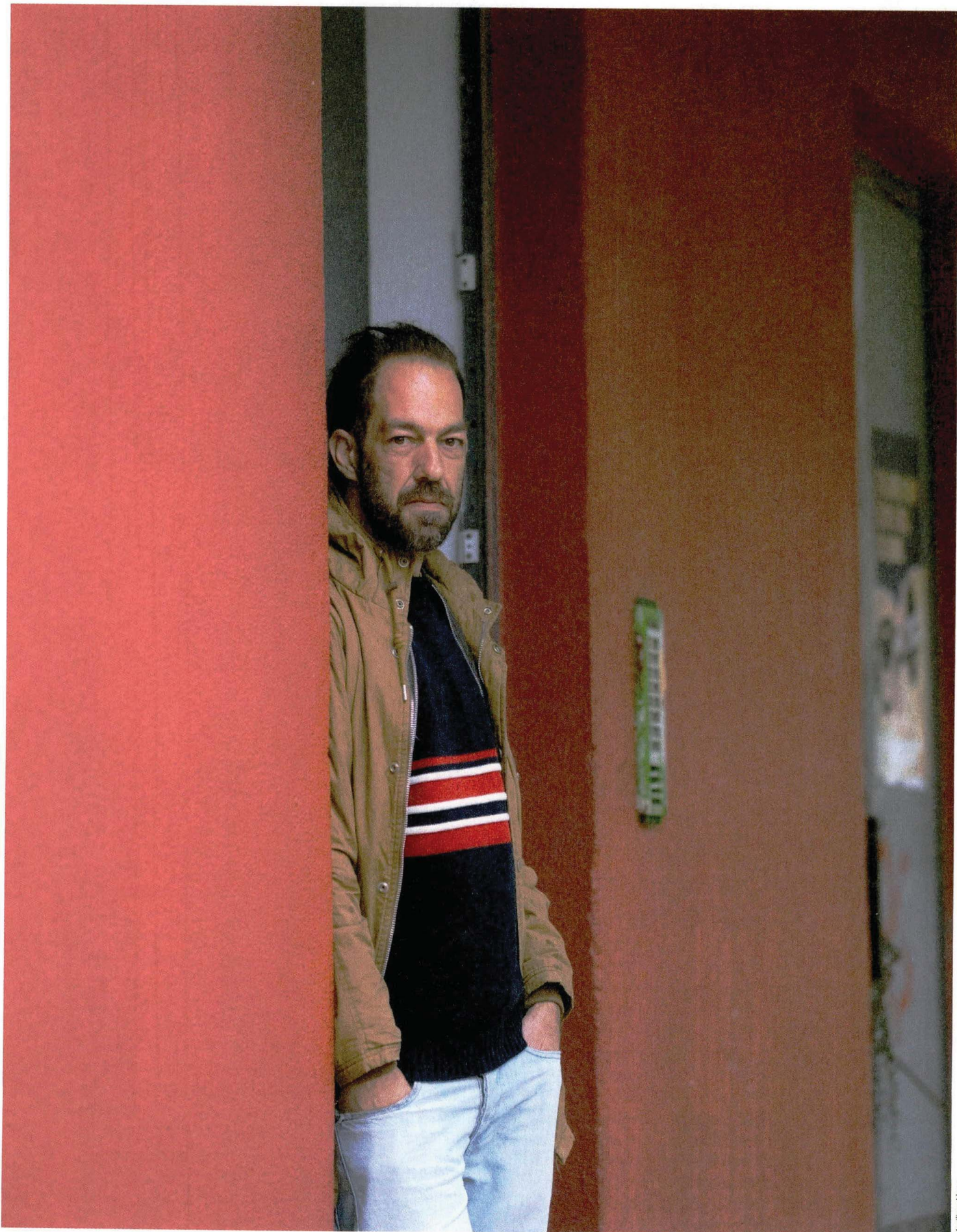




ID: 117026374

07-05-2025 | PRÉMIOS



Marlene Alves

ANTÓNIO BRITO GUTERRES

# “HÁ MUITAS PESSOAS NÃO BRANCAS. MAS NÃO VEMOS ISSO NA CARA DAS EMPRESAS”

Até onde deve ir a responsabilidade social das empresas? O que podem fazer para que as suas ações tenham consequências reais e duradouras nas comunidades vulneráveis? É possível elevar as minorias sem discriminar?

António Brito Guterres diz que ainda há muito caminho a percorrer – mas o caminho, como sabemos, faz-se caminhando. Inês Santinhos Gonçalves

**A**ssistente social, investigador, mediador, intérprete das contradições de Lisboa. António Brito Guterres é muitas coisas ao mesmo tempo, mas todas vão dar à defesa da cidade enquanto espaço de inclusão e equidade. Doutorado em estudos urbanos, investigador no ISCTE, foi durante dez anos quadro da Aga Khan Portugal. Desde que deixou a fundação tem assumido uma voz mais ativa no espaço público e pode agora ser mais lido nos jornais e visto nas televisões, onde contrasta com o habitual exército de engratados.

## Como é que avalia as políticas de diversidade, equidade e inclusão em Portugal?

Bem, depende do ponto de partida. Eu como tenho um ponto de partida muito de rua e, nesse sentido, perto das pessoas, e das pessoas que normalmente constituem de algum modo aquilo que chamamos de diversidade, normalmente também sou um depositário de queixas. Portanto, vendo dessa perspetiva, diria que não vão bem. É evidente que depois, quando trabalho junto das empresas ou dos institutos públicos, também vejo o esforço de algumas organizações e de alguns atores e pessoas nas organizações com essa vontade.

## Quem é que se sai melhor: as empresas ou as entidades públicas?

Acho que determinadas empresas se saem melhor. Determinadas. Não consigo avaliar em geral, mas há algumas empresas que se saem melhor do que as instituições públicas.

Agora, é evidente que na linha da frente do exemplo têm de estar entidades públicas.

## No geral, o que é que está mais a falhar?

Faz sentido que as organizações coletivas de uma sociedade, sejam elas organizações empresariais ou de outro tipo, como associações, sejam a cara da sociedade onde estão. E não são. Claro que agora nós tivemos um aumento, em dez anos, de cerca de quase 400 e tal mil imigrantes para um milhão. Mas não esquecer que ainda antes destes processos mais atuais de imigração, já tínhamos, apesar de tudo, uma sociedade muito diversificada. Por exemplo, para quem mora na Área Metropolitana de Lisboa, é natural haver muitas pessoas não brancas. Mas não vemos isso na cara das empresas e das organizações.

[Isso acontece] porque também há uma organização coletiva muito segregada. Onde eu cresço define muitas políticas públicas às quais eu vou estar exposto. É diferente eu crescer em Arroios ou nas Avenidas Novas, e ter acesso àquelas escolas, àquele centro de saúde, do que crescer em Casal de Cambra.

E depois, no que diz respeito aos imigrantes, sabemos que estão a fazer tarefas abaixo das suas qualificações. Só para dar uma ideia, se olharmos para o Tagus Park [em Oeiras], é um espaço alargado, tecnológico e científico, tem instituições públicas de alta especialidade científica, como universidades, e tem instituições privadas que focam ali muita parte tecnológica, moderna. É um

ID: 117026374

07-05-2025 | PRÉMIOS

“

**Quem vai [ao Tagus Park, em Oeiras] percebe que há um tipo de população que trabalha das 9h às 17h, e há um tipo de população que trabalha de madrugada até às 8h.**

espaço que tem trabalhadores muito qualificados. Mas, por exemplo, quem vai a essa zona percebe que há um tipo de população que trabalha das 9h às 17h, e há um tipo de população que trabalha de madrugada até às 8h. Vemos ali as pessoas dos bairros vizinhos, que estão tão bem disfarçados na urbe que as pessoas que trabalham no Tagus Park nem sabem onde são, estão meio invisibilizados ali no meio. Mas, de facto, as mulheres saem de manhã desses bairros e vão a pé para o Tagus Park e voltam antes de as pessoas qualificadas chegarem.

E eu, por exemplo, no bairro de Porto Salvo, que fica ao lado do Lagoas Park, e no bairro dos Navegadores, que fica ao lado do Tagus Park, conheço jovens que dizem que um sonho deles é ver moradores dali a trabalharem nesses parques tecnológicos diurnamente. E isto é um bocado uma caricatura geográfica e de espaço, mas que demonstra um pouco o que está em falência nesse sentido.

**Isto não é um desperdício para as empresas? Não aproveitarem estes trabalhadores?**

É. Vou dar um exemplo. Conheço muitos imigrantes do Bangladesh. Todos, todos são licenciados, é incrível. São engenheiros químicos, engenheiros nucleares, engenheiros informáticos, jornalistas.

Quando eu falo de as entidades coletivas da sociedade deverem ser a cara do sítio onde estão, nem é uma questão só diversidade e inclusão, para parecer bonito. Também tem a ver com linguagens. Porque se eu tiver pessoas que pensam de maneira diferente, estou a enriquecer o meu corpo de recursos humanos, sem dúvida. Claro que nós temos uma questão que é constitucional e que é legal. Não há, como nos países de tendência mais americana, a questão da "affirmative action", que no Brasil também há muito.

Nós não temos essa capacidade de recrutamento porque é proibido fazer isso. Mas há um fator que dá para incluir na descrição de recrutamento quando queremos ter essa diversidade dentro de uma empresa ou uma instituição, que é a questão das línguas. E as línguas são também, cada uma delas, uma forma de pensar. Portanto, se eu tiver uma pessoa que fala português, eu tenho acesso a uma forma de pensar. Se eu tiver uma pessoa que fala bengalês e português, eu tenho acesso a uma pessoa que tem outra forma de pensar. E isso é uma maneira que é leal, porque é algo que eu quero, e que posso pôr nos recrutamentos.

Uma pessoa com um percurso diferente, com uma proveniência diferente, traz outras formas de estar, outras formas de relação da empresa com a sociedade, outras formas de pensar, outra inteligência. E isso

ainda é, hoje, muito pouco pensado estrategicamente pelas empresas.

**Quando se fala de diversidade há diversas categorizações – género, racial, orientação sexual, portadores de deficiência –, há metas para melhorar esses parâmetros, mas não parece haver um foco específico na mobilidade social. Continuamos a ter a maioria dos altos quadros vindos de contextos muito privilegiados.**

O interessante é que, quando eu ouço a história da pessoa que conseguiu, sem dúvida damos-lhe mérito, porque conseguiu, mas quando a pessoa descreve esse percurso, percebe que as pessoas que estavam ao lado dela caíram, mas não deviam cair. Ou seja, percebe-se as dificuldades que essa pessoa enfrentou para chegar àquele posto. Percebe-se que há um sistema que falhou a uma série de pessoas que não podia falhar.

Nós temos uma sociedade que tem um ponto de arranque constitucional, que supostamente privilegia a questão equitativa. Isso quer dizer o quê? Quer dizer que a pessoa que é privilegiada, que está no topo dessa empresa, tem um conjunto de privilégios na sua ascendência e no seu percurso. Outras pessoas não têm. E, portanto, o setor público deve garantir que pessoas que partem em condições diferentes possam, em regime de equidade, receber o que os outros recebem. Por exemplo, tenho uma escola pública que permite que pessoas de um determinado meio mais desfavorecido possam ascender. Mas sabemos que isso não funciona. Vou dar um exemplo também. Há uma escola na Praça de Londres que é a D. Filipa de Lencastre. Fica ali entre o Saldanha, Avenida de Roma, Areeiro. Sede de quê? De muitas empresas, muitos institutos públicos. Há uma série de procedimentos das pessoas que não moram ali, mas como estão incorporadas neste ecossistema de trabalho que há ali, de qualificações elevadas, arranjam maneira de pôr lá os filhos.

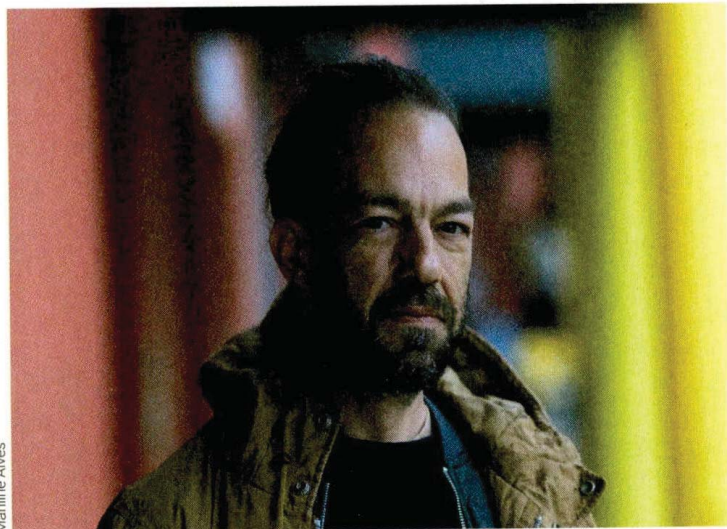
E, portanto, na [escola D.] Filipa [de Lencastre], nem sequer tenho percentagem de reprovações no 5.º e 6.º ano, porque tenho zero, ninguém reprova. [Mas] se fizer ali a [Avenida] João XXI, até chegar ao Areeiro, e a Avenida Afonso Costa, que é do Areeiro às Olaias, chego à Escola das

”

**Uma pessoa com um percurso diferente, com uma proveniência diferente, traz outras formas de estar, outras formas de relação da empresa com a sociedade, outras formas de pensar, outra inteligência. E isso ainda é, hoje, muito pouco pensado estrategicamente pelas empresas.**

ID: 117026374

07-05-2025 | PRÉMIOS



Martine Alves

Olaias. Na Escola das Olaias, que fica a dois quilómetros do Filipa – na mesma cidade, no mesmo sistema de ensino, no mesmo contínuo urbano –, a reprovação e abandono no 5.º e 6.º ano é de 37%. Se eu ao sair do Filipa, fizer a Avenida de Roma toda, chegar à Avenida do Brasil, ali onde é o Júlio Matos, descer para o Campo Grande, fizer o Campo Grande até ao Estádio do Sporting, e continuar até à Alta de Lisboa – mesma cidade, mesmo contínuo urbano, distância de quatro quilómetros –, nos dois agrupamentos escolares que temos aí, no 2.º ciclo, um tem 46% de reprovação e abandono, no 5.º e 6.º ano, o outro tem 52%. Portanto, aqui vê-se bem a impossibilidade de haver mobilidade social. Estando no terreno, sei o que está por detrás destas percentagens. Sei que estas escolas têm muito menos recursos que o Filipa. Sei que os pais que moram nestes sítios onde estão estas escolas com maiores taxas [de reprovação], saem às seis da manhã, alguns deles, e chegam às dez da noite. A criança sai às três da tarde da escola, não tem para onde ir, não tem apoio escolar, não tem quem dê apoio, se calhar tem uma casa sobrelotada, não tem um espaço íntimo para trabalhar, se calhar os pais não conseguem ajudar a fazer os trabalhos [de casa] porque não têm qualificações para tal, não têm dinheiro para os pôr num centro de explicações, e assim sucessivamente.

**Mas se as empresas reconhecerem isto como sendo um problema e quiserem fazer alguma coisa para melhorar a mobilidade social, o que é que podem fazer? Trabalhar com determinada zona da cidade, com um bairro, com uma escola? Isso funciona?**

Sim. Por um lado, há aquela sugestão que tinha feito de procurar pessoas que falam línguas diferentes e, desse modo, sei que estou a recrutar pessoas com mecanismos de pensamento diferentes e que são diversificadas na cidade.

Depois há uma coisa que não se faz e que eu percebo, porque tem a ver com a lógica de mercado. Muitas empresas, às vezes, têm responsabilidade social e dão apoio à comunidade. Mas são coisas muito imediatistas. Vou dar um exemplo clássico: eu sou uma empresa e há ali umas casas com problemas de salubridade e eu vou investir na salubridade daquelas casas. Ajudo a transformar aquela casa, faço um vídeo, propago o vídeo. Mas imagine que aquela família tem poucos recursos. E, de repente, eu eletrifiquei a casa toda e a pessoa fica sem conseguir pagar aquilo.

Voltando à pergunta: Lisboa é uma cidade com diferenças sociais

muito grandes, num pequeno território. Imagine o que é uma empresa poder dar apoio em determinado território, durante um conjunto continuado de anos. Vou dar um exemplo: uma empresa com um grupo de trabalhadores voluntários que todos os anos se organizam para ter um corpo docente de voluntariado, para dar apoio escolar. Imagine o impacto que isso ia ter ao fim de 50 anos naqueles jovens, daquele bairro, que iam ter esse apoio escolar. Porque depois esse apoio não se fecha no apoio escolar, porque os jovens confidenciam coisas, não é? Depois a pessoa pensa “Se calhar posso levar este jovem a um evento qualquer”. Está a ver? Agora imagine que há pessoas dessa empresa que gostam de apoiar na comunicação. Podem, se calhar, junto das associações locais desse bairro e junto das pessoas desse bairro que sejam empreendedores, apoiar, por exemplo, na comunicação, a divulgar, chegar mais longe. Há outras pessoas que são boas e gostam da parte de alavancar recursos. Por exemplo, ali não há parque infantil, montam um parque infantil. Portanto, dentro das vontades dos trabalhadores que querem dar algo à sociedade, se eu tiver um território com duas, três linhas de trabalho fixas que eu sei que são consistentes, vou conseguir medir o impacto da intervenção dessa empresa junto daquele território. Há uma série de coisas desta natureza que podem ter grande impacto no ecossistema territorial. E podem anunciar isso. É melhor. Senão, parece muitas vezes que a responsabilidade social das empresas é ou publicidade ou descargo de consciência.

**Faria sentido criar, por exemplo, um programa de estágios ou um recrutamento focado numa população vulnerável para promover a entrada dessas pessoas?**

A lei impede. Não consigo dizer coisas como “Quero contratar pessoas deste território ou quero contratar pessoas não brancas”.

**Mas fala-se disso para questões de género. As empresas têm metas para a paridade.**

Isso é permitido. Temos benefícios para isso, temos benefícios para pessoas com algum grau de deficiência.

**Seria interessante alargar isso? Mudar a lei seria importante, na sua opinião?**

Sim, seria. Eu sou muito francófono na minha educação, ainda faço parte dessa geração. [Tenho esta ideia de ] pensamento coletivo, da república, de que quem está na república tem supostamente acesso a tudo. São os nossos direitos universais, não é? Mas como eu expliquei há pouco com o exemplo da escola, isso não acontece. E, portanto, a única maneira de isso acontecer, para mim, é criando um sistema de quotas ou um sistema que dê benefícios a quem o faça. Claro que o ideal era isso não ser necessário.

**Até porque há estudos que indicam que as empresas teriam a ganhar, mesmo financeiramente, em ter quadros mais diversos.**

Sim. Tenho mais formas de pensar. Tenho mais formas de resolver os problemas. Tenho mais formas de ter novos desafios, chegar a mais pessoas. Não há grande dúvida.

**Então porque é que esse esforço não acontece? Não se pensa muito nisso?**

Há empresas que o fazem. Algumas investem mais nisso do que outras. Acho que é um bocado deixa andar.

ID: 117026374

07-05-2025 | PRÉMIOS



**Muitas empresas, às vezes, têm responsabilidade social e dão apoio à comunidade. Mas são coisas muito imediatistas.**

Estudos da McKinsey têm dito com regularidade que as empresas no quartil mais elevado de diversidade étnica e cultural têm 33% mais probabilidade de ter lucros acima da média, do que as empresas que estão do quartil mais baixo desse investimento.

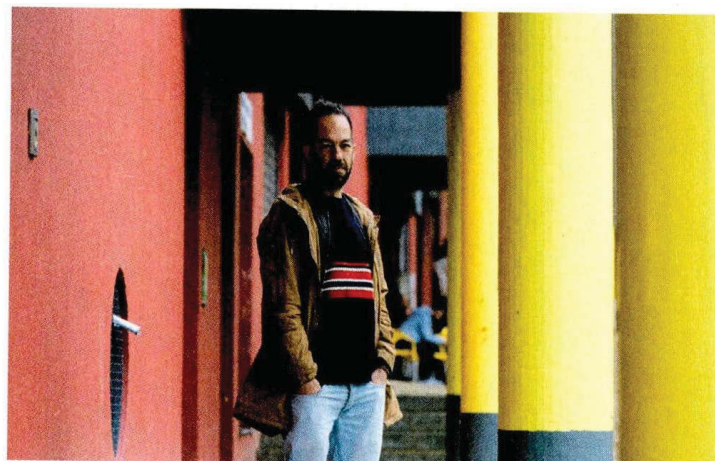
**As empresas estão a passar ao lado de uma oportunidade, de certo modo?**

Acho que há padrões culturais que também são atrito a isto tudo. Há um exemplo curioso para mostrar como existem duas cidades ao mesmo tempo, que eu dava muito em 2015 – agora as coisas melhoraram. Eu abria o site da FNAC, ia ao top 10 de vendas nacionais. E depois, em cada um desses top 10 de vendas nacionais, abria o YouTube e mostrava às pessoas os vídeos dos singles mais vendidos. A seguir, sem nenhuma lista, sem nenhum top, punha cantores da periferia da cidade de Lisboa. E era interessante o choque que as pessoas tinham, porque eu conseguia ter pessoal com afrobeat, rap cantado em português, cantado em crioulo, com 10 músicas com mais de 10 milhões de visualizações. E o pessoal ficava de boca aberta porque não conhecia nada daquilo. E era interessante, quando eu discutia com produtores do Brasil, ou com produtores ingleses, eles ficavam, até do ponto de vista capitalista, chocados. Como é que nenhuma editora os apanha? Como é que não têm sítios para tocar?

**Como é que o António se envolveu com estas questões dos bairros sociais, das periferias, dos jovens desfavorecidos? Não cresceu num desses bairros.**

Não, não, não. Cresci aqui em Arroios. Uma [explicação] é a liberdade que sempre tive de poder circular e poder pensar e ter esse privilégio. Porque eventualmente, se pensarmos bem, uma pessoa que está no centro de Lisboa tem mais privilégio em circular. Pode entrar num bairro privilegiado como pode entrar num bairro desfavorecido e tem mais codificações para o fazer, do que uma pessoa que cresce num bairro ultraprivilegiado. Uma pessoa que cresce no Restelo não deambula tanto, e uma pessoa que nasce num bairro social também não, porque há fatores de imaginário. Depois, os meus pais sempre me deram uma educação que me permitiu problematizar as questões. Num âmbito mais pessoal, tive um irmão mais velho do que eu, 12 anos, mas que era a minha referência masculina, que era toxicodependente. Portanto, desde muito novo entrei nesses territórios todos. E sempre tive uma vantagem que é: não tenho complexos. Entro onde for e vou a todo lado.

E depois fiz parte também de um movimento social, quando eu



Marilene Alves

era muito novo, quando tinha 15, 16, 17 anos, que se preocupava com isso, em criar bibliotecas, em criar aulas de alfabetização. Portanto, sempre tive essa proximidade. E isso permitiu-me, também, não sufocar. Porque, na verdade, eu olho para a cidade de Lisboa mesmo com uma cidade de 3 milhões de pessoas. Porque é a metrópole. E eu circulo por várias cidades da metrópole. Portanto, nunca me sinto asfiziado. Não fico preso àquela pequenez que é a cidade de Lisboa centro, onde muita gente se conhece, onde os apelidos são todos conhecidos.

**É uma espécie de tradutor destas realidades diferentes.**

Sim. Há um conceito que se usa muito no Brasil, do mediador. Mediador cultural. Que aqui é visto como uma coisa pobre, mas para mim é uma coisa natural, que eu tento transformar em algo técnico, algo científico, que possa ser validado, que possa ajudar a mudar as políticas públicas, que mude posturas. Outra questão que acho que pode ser importante: eu sou de estudos urbanos, mas também sou assistente social. Foi a minha primeira licenciatura. E muitas pessoas veem o ser assistente social como ajudar os pobres. Eu, por acaso, vejo como aquelas pessoas que estão mesmo no centro das contradições do nosso sistema. Democrático. Capitalista. Permite-me observar as contradições. Portanto, a questão do tradutor acontece por infelicidade. Acontece por causa destas contradições.

**Tem tido muita exposição mediática recentemente por causa das questões de segurança. Como é que tem sido essa experiência, nesta época em que as redes sociais são tão ferozes?**

A minha experiência sobre isso tem duas partes. Eu durante 10 anos, até há ano e meio, tinha um cargo de dirigente na Fundação Aga Khan. E, portanto, evidentemente, tudo o que eu dissesse e fizesse teria impacto na minha função.

Tive uma presença política assídua na era dos blogues, mas, de repente, meteram-se estes 10 anos na fundação, onde não tive esse papel público. Não falava na televisão, nem escrevia para jornais. Foi curioso porque no dia em que eu saí da fundação, uma produtora [de televisão] ligou-me para falar sobre as declarações do Marcelo acerca dos ciganos, sobre o dia 1 de dezembro. E eu fui. Nos dias que correm, estou muito à vontade. Não quero saber. E o meu “voyeurismo” sobre o que dizem sobre mim é mais do ponto de vista cómico. Na verdade, no dia a dia, sinto que as pessoas me abordam positivamente. As pessoas que não gostam de mim não me abordam. Não há aquele confronto. Não tem efeito nenhum na minha vida. ●